

## **32º. TROFÉU TANCREDO NEVES / JORNAL EDIÇÃO DO BRASIL**

### **AUDITÓRIO DO TCE/MG – 01 DE JULHO DE 2019**

As solenidades de entrega de comendas e medalhas algumas vezes são entendidas como eventos corriqueiros, de importância apenas festiva. Não é este o caso do Troféu Tancredo Neves, que está sendo entregue hoje pelo trigésimo segundo ano consecutivo e reúne neste auditório do Tribunal de Contas do Estado alguns dos mais expressivos nomes dos setores governamental, social e empresarial de Minas Gerais.

Por esta razão, cabe-me, de início, agradecer a gentileza do jornalista Eujácio Antônio Silva de convidar-me para ser o paraninfo desta turma de 32 agraciados, convite que aceitei por entendê-lo como uma deferência ao cargo que ocupo e não necessariamente à minha pessoa.

Muito obrigado, caro Eujácio, por essa deferência.

A relevância do troféu está estampada já no seu nome, que homenageia uma das personalidades mais expressivas da história mineira, o mais que saudoso Tancredo Neves, presença constante nos momentos mais importantes da história brasileira da segunda metade do século passado.

E vale dizer que em alguns desses momentos sua atuação foi decisiva, bastando citar os que antecederam a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, e a grande articulação que possibilitou a transição democrática com um mínimo de traumas, após duas décadas de ditadura.

Neste e em outros momentos de sua vida pública, o doutor Tancredo agiu como era próprio de seu feitio e convicção: com moderação e com respeito aos adversários e às posições que lhe eram contrárias. Aliás, é dele a expressão “em Minas, o que brigam são as ideias, não os homens”. E foi assim que o doutor Tancredo conduziu sua vida pública, com moderação, com espírito conciliador, mas sempre sem abandonar princípios.

Creio que estamos vivendo no Brasil um período em que o espírito de Tancredo Neves está se revelando mais necessário do que nunca.

Sáímos há pouco tempo de um processo eleitoral dos mais radicalizados de toda a história, do qual ainda sentimos as repercussões. Radicalização, aliás, que surgiu antes da eleição e que, infelizmente, não ficou apenas no campo das ideias, mas resvalou para o terreno pessoal, para o campo do ódio.

Quando o debate se dá no campo das ideias, o resultado será sempre positivo e podemos dizer que os dois lados saem ganhando.

Quando, todavia, resvala para o campo pessoal, do ódio, as perdas serão sempre de ambos os lados: haverá apenas perdedores, nunca vencedores.

É essa a falta que o espírito conciliador do Doutor Tancredo nos faz, neste momento de grandes dificuldades da nação brasileira. Aliás, lembro-me bem – pois, ainda jovem, acompanhei com muita atenção a campanha das Diretas-já e, depois, a campanha do doutor Tancredo para a eleição presidencial indireta, no Congresso – que ele insistia em afirmar que o Brasil se aproximava, naquele momento, de entrar na conjunção de três crises: a econômica, a social e a política. E o próprio Tancredo nos fazia o alerta: quando essas três crises se superpõem, estão dadas as condições para um desfecho aterrador, de consequências dramáticas para o país.

E eu lhes pergunto: não estamos, novamente, nos aproximando de uma confluência dessas três crises?

O que vemos no noticiário de todos os dias, seja na imprensa tradicional, seja nas redes sociais, parece o prenúncio do Apocalipse:

governos sem recursos para pagar servidores, para adotar medidas de assistência social ou de incentivo ao desenvolvimento;

nossas casas legislativas debatendo e se batendo, sem poderes para redirecionar os rumos do país;

o mundo empresarial sem confiança para investir, promover o desenvolvimento e criar empregos;

e até o Poder Judiciário parecendo muitas vezes perplexo e perdido, diante do quadro que lhe é apresentado.

Um quadro que, repito, é grave e está a exigir de todos nós boa dose de moderação e muita iniciativa assertiva, positiva, para desfazer o nó da crise e recolocar o país no caminho do crescimento econômico equilibrado, que seja capaz de reduzir a indecente disparidade social que ainda persiste entre nós.

Não podemos continuar convivendo passivamente com um exército de 13 milhões de desempregados e com a crescente presença de milhares de brasileiros e brasileiras vivendo nas ruas e revirando lixo em busca de algo para comer. Se imaginávamos que estas cenas já estavam banidas de nossas vidas, não é preciso mais do que um passeio de meia hora a pé por qualquer capital deste país, para constatarmos que esta é a dura realidade.

Todos nós temos alguma responsabilidade por este quadro e é preciso que assumamos tal responsabilidade e procuremos dar respostas.

Completei neste sábado, dia 29 de junho, meu primeiro ano à frente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e tenho procurado nesses doze meses colocar como prioridade de atuação, dentro das nossas limitações, ações que resultem em ganho de qualidade de vida para os mineiros.

Se vocês me permitem, vou citar três iniciativas do Tribunal nesse período que sinalizam nesse sentido e o faço não para vanglória, mas como registro de que é possível a cada um tomar medidas no caminho da recuperação.

A primeira foi o Plano de Aceleração de Obras, por meio do qual estamos construindo novos fóruns em diversas comarcas do interior. Temos neste momento 44 obras em andamento, são obras simples, de custos modestos, mas que estão movimentando a economia local e gerando empregos nesses municípios. E são obras que, ao final, irão melhorar as condições de trabalhos de magistrados e servidores e possibilitarão a oferta de uma prestação jurisdicional mais célere aos cidadãos.

As outras duas iniciativas são relacionadas com o espírito da conciliação, que também temos estimulado.

Já em novembro do ano passado, o Tribunal de Justiça obteve sucesso em mediar um acordo entre o governo do Estado, um grupo empresarial e aproximadamente 10 mil famílias que ocupavam a Granja Werneck, ocupação que era conhecida como 'Izidora' e tida como a maior ocupação urbana de toda a América Latina. O problema se arrastava havia pelo menos uma década e todos os prognósticos eram de que o desfecho seria trágico, com possível enfrentamento entre as partes. Pois a questão foi solucionada com negociação e com resultados positivos para todas as partes.

Mais recentemente, em outro esforço supremo de conciliação e negociação, o Tribunal ajudou o governo do Estado e os municípios mineiros a fecharem um acordo para quitação de débitos acumulados de repasses constitucionais. Um acordo que a princípio parecia impossível, o que geraria inevitavelmente demandas judiciais, acabou sendo bem sucedido e hoje praticamente todos os 856 municípios já aderiram a ele [na tarde de hoje, faltavam apenas 60] , possibilitando ao Governo se programar com um pouco mais de tranquilidade, para ajustar as finanças do Estado e normalizar a situação.

Por todas essas razões, creio que esta reunião de hoje, mais do que festiva, pode ser um momento de reflexão para todos nós, no sentido de nos compenetrarmos do papel que cabe a um nesse concerto para reconduzir o Brasil a uma caminhada pela redução dos desequilíbrios sociais e que nos faça oferecer aos brasileiros condições de vida mais justas.

Mais uma vez, obrigado ao jornal Edição do Brasil, e particularmente ao caro amigo Eujácio, pelo convite, e a todos vocês pela presença e pela paciência de me ouvir.